

Colnago pede que emendas parlamentares sejam direcionadas

Por Fabio Graner | De Brasília

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ao Valor que negocia com os parlamentares para que eles direcioneem suas emendas de bancada e individuais no Orçamento de 2019 para projetos que já estejam com alto grau de execução. A ideia é melhorar o grau de execução dessas emendas, hoje em torno de 50%, reduzindo assim o volume de restos a pagar e também ampliando os recursos disponíveis para obras já em andamento, viabilizando sua conclusão.

O volume de emendas previsto no Orçamento de 2019 é de R\$ 14,6 bilhões, sendo R\$ 13,7 bilhões de impositivas (individuais e de bancadas) e R\$ 829 milhões de não impositivas. Neste ano, dos R\$ 12,5 bilhões de emendas disponíveis, o montante pago está abaixo de 40%.

"A execução de emendas parlamentares não é boa, o processo de execução de obras tem

problemas, como projeto básico mal feito, projeto executivo mal feito, falta de contratos, licenciamentos. O governo tem dificuldade de iniciar novos projetos, especialmente em obras estruturantes", disse Colnago. "Há uma queda forte nos investimentos, por causa da restrição fiscal, e é preciso olhar como fazer de forma mais eficiente", afirmou.

Em acordo com o Planejamento, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Junior, enviou hoje ofício aos membros do colegiado estimulando a "convergência das emendas com as políticas públicas", apontando como um dos objetivos reduzir as obras inacabadas.

Do ponto de vista operacional, Colnago explicou que o Planejamento já colocou à disposição dos parlamentares a lista de obras em execução que podem ser objeto de emendas, um mapa de onde estão localizadas para facilitar a atuação regional e uma série de

outras informações sobre obras que são feitas por meio de transferências a Estados e municípios que estão em um portal criado pela pasta.

A preferência da pasta é por trabalhar com os projetos de cada região que estão com ao menos 70% de execução, para facilitar a conclusão, no caso dos projetos ligados a transferências a Estados e municípios, que têm valores menores. No total, esse grupo de obras em andamento tem mais de R\$ 19 bilhões, ou seja, volume superior ao total de emendas previstas para 2019.

Colnago lembra que em 2015 iniciativa semelhante foi tentada, sem grande sucesso. O ministro, contudo, avalia que agora deve ser diferente porque a disponibilidade de informação é maior e mais amigável para os parlamentares identificarem os projetos que podem ser beneficiados por suas emendas e que lhes podem trazer dividendos políticos.

Dobrar preço em Angra opõe ministérios

Fazenda discorda da decisão do MME de dobrar o preço da energia da usina nuclear

Anne Warth / BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda discordou da posição do Ministério de Minas e Energia (MME) em relação à decisão que dobrou o preço da energia da usina nuclear de Angra 3. A decisão foi tomada pelo governo em 9 de outubro e elevou o preço de referência do empreendimento dos atuais R\$ 243 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480 por MWh. O "Estadão/Broadcast teve" acesso ao relatório do grupo de trabalho criado para viabilizar a usina, que deixa claras as dúvidas da área econômica.

O Ministério da Fazenda questionou os dados apresentados pela Eletronuclear e Eletrobrás, o modelo de exploração proposto pelas empresas, os impactos da decisão para o consumidor e até mesmo a pertinência de retomar ou não a usina. As obras foram paralisadas após denúncias de corrupção descobertas na Operação Lava Jato e que resultaram na prisão do então presidente da Eletronuclear, o almirante da Marinha Othon Pinheiro da Silva.

Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984, mas as obras foram paralisadas por dificuldades econômicas e políticas, como a explosão do reator de Chernobyl, na Ucrânia. O projeto ficou na gaveta por 25 anos, até ser retomado em 2009. Até agora já foram gastos R\$ 7 bilhões na obra. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia colocar a usina para funcionar em maio de 2014.

Agora, o custo estimado para terminar a usina é de R\$ 17 bilhões, o que elevaria o gasto total a R\$ 24 bilhões para colocar em operação uma usina com capacidade de 1.405 megawatts (MW). A título de comparação, a hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, que tem potência de 1.820 MW, custou R\$ 3,9 bilhões. Com o custo total de Angra 3, portanto, seria possível construir seis hidrelétricas de Teles Pires.

Enquanto a Eletronuclear e a Eletrobrás defenderam o modelo de um sócio privado para concluir a obra, os ministérios da Fazenda e do Planejamento avaliaram que a contratação de uma empresa para retomar a construção da usina seria a melhor opção.